

CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANDELÁRIA

CARGO**C****CONTADOR****8-4-2018**

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 25 questões
- Legislação 5 questões

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
 1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
 2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!**Nº DE INSCRIÇÃO****NOME**

C onhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

1. Sob o aspecto orçamentário, no grupo de natureza da despesa, a aquisição por determinado órgão público, de um imóvel já em utilização por este órgão, pelo valor de R\$ 650.000,00 e que será pago em 120 parcelas iguais, classifica-se de acordo com o item da alternativa:
A.() Despesas de Custeio
B.() Investimentos
C.() Inversões Financeiras
D.() Transferências Correntes
2. Referente ao exercício financeiro, com base na Lei 4.320/64, identifique a alternativa correta.
A.() São pertencentes ao exercício financeiro as receitas nele previstas e as despesas nele fixadas.
B.() Despesas não empenhadas até 31 de dezembro são consideradas restos a pagar.
C.() Os empenhos lançados em conta de crédito com vigência plurianual não liquidados só serão contabilizados como restos a pagar no último ano de vigência do crédito.
D.() O empenho precede a realização da despesa, mas não restringe o limite de crédito orçamentário.
3. O Balanço Financeiro de determinado órgão público, ao final do exercício de 2017, apresentou os resultados descritos abaixo:

| CONTAS | VALOR |
|-----------------------------|----------------|
| Receitas Correntes | R\$ 165.000,00 |
| Receitas de Capital | R\$ 135.000,00 |
| Despesas Correntes | R\$ 105.000,00 |
| Despesas de Capital | R\$ 67.500,00 |
| Restos a Pagar Inscritos | R\$ 60.000,00 |
| Restos a Pagar Pagos | R\$ 48.000,00 |
| Saldo do Exercício Anterior | R\$ 33.000,00 |

Com base nesses resultados, de acordo com a Lei nº 4.320/64, a receita extraorçamentária demonstrada apresenta o valor de:

- A.() R\$ 300.000,00
 - B.() R\$ 60.000,00
 - C.() R\$ 48.000,00
 - D.() R\$ 33.000,00
4. Com Base na Norma Brasileira de Contabilidade 2016/NBC T SP EC – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, que alterou a NBC T 16.10, marque a alternativa correta.
A.() As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do fato gerador contábil, sem atualização posterior.
B.() O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo de aquisição.
C.() A entidade que adotar as normas aplicadas ao setor público deve reconhecer inicialmente os estoques, imobilizados e intangíveis pelo custo ou valor justo.
D.() O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de mercado.



5. Foi recebido de um fornecedor, por determinado órgão público, em 05/12/2017, o material de expediente referente à despesa empenhada em outubro de 2017. A verificação do material de expediente recebido em 05/12/2017, com base nos documentos comprobatórios, é realizada no estágio da despesa de:
- A.() Lançamento
 - B.() Fixação
 - C.() Liquidação
 - D.() Ordem de Pagamento
6. Considerando que, no setor público, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação, assinale o fato contábil que constitui apropriação da variação patrimonial diminutiva antes da liquidação.
- A.() Apropriação mensal de férias e 13º salário.
 - B.() Aquisição de material de expediente para uso posterior.
 - C.() Fornecimento de prestação de serviço de segurança.
 - D.() Reconhecimento de nota fiscal referente à compra de material de expediente após sua liquidação.
7. Sobre restos a pagar, assinale a alternativa correta.
- A.() No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar e constituirão a dívida flutuante.
 - B.() Os restos a pagar com prescrição interrompida são aqueles cancelados que extinguem o direito de recebimento da contraprestação pelo credor.
 - C.() Os restos a pagar processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu o estágio de empenho, restante pendente, os estágios de liquidação e pagamento.
 - D.() No ato do pagamento dos restos a pagar, se o valor real a ser pago for superior ao valor inscrito da despesa, a diferença deverá ser empenhada como despesa extraorçamentária.
8. O Balanço Financeiro das entidades do setor público evidencia a movimentação financeira, destacando os itens abaixo, exceto da alternativa:
- A.() Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.
 - B.() A previsão inicial de receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo.
 - C.() As transferências financeiras recebidas e concedidas.
 - D.() A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas.
9. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, em relação à execução orçamentária e ao cumprimento de metas estabelecidas, é correta a afirmação da alternativa:
- A.() Poderão ser objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, exceto as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
 - B.() Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, exceto se o ingresso ocorrer em exercício diverso.
 - C.() No caso de restabelecimento parcial da receita prevista, a recomposição das dotações, cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma integral.
 - D.() Os poderes e o Ministério Público promoverão limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, se verificado ao final do bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário.



10. Segundo a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, considere as seguintes afirmativas:
- Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.
 - Não Circulante é o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.
 - Passivos são obrigações presentes da organização, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
 - Circulante é o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.
- De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa correta:
- Somente a afirmativa II está correta.
 - Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
 - Somente as afirmativas I e III estão corretas.
 - Todas as afirmativas estão corretas.
11. Sobre os critérios a serem seguidos pelas DCASP, em relação à Estrutura das NOTAS EXPLICATIVAS, assinale a alternativa incorreta.
- As notas explicativas devem ser apresentadas de forma sistemática. Cada quadro ou item a que uma nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa.
 - São exemplos de informações gerais: natureza jurídica e domicílio da entidade, natureza das operações e principais atividades da entidade e declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.
 - O resumo das políticas contábeis significativas é representado por: bases de mensuração utilizadas, por exemplo, custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável; novas normas e políticas contábeis alteradas; e julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.
 - Uma mudança de método de avaliação e uma mudança na estimativa contábil e não uma mudança na política contábil; portanto, fica dispensada a evidenciação em notas explicativas.
12. Assinale a opção incorreta acerca da estrutura do Plano de Contas aplicado ao Setor Público - PCASP, de acordo com a natureza das informações contábeis.
- Natureza de Informação Orçamentária: registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
 - Natureza de Informação Fiscal: permite a análise dos impostos federais, estaduais e municipais.
 - Natureza de Informação de Controle: registra, processa e evidencia os atos de gestão, cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
 - Natureza de Informação Patrimonial: registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.
13. Sobre a estrutura e composição do patrimônio sob a perspectiva do setor público, assinale a afirmação correta.
- Os passivos decorrem de obrigações futuras derivadas de eventos presentes.
 - Os passivos mantidos essencialmente para fins de negociação são classificados como não circulantes.
 - A classificação dos elementos patrimoniais em circulante ou não circulante é feita com base nos atributos de confiabilidade e relevância desses elementos.
 - Ativos são recursos dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços para a entidade.



14. Na contabilidade pública, segundo o MCASP, os passivos contingentes são registrados em contas, descritas corretamente na alternativa:
- A. () Financeiras.
 - B. () Patrimoniais.
 - C. () Orçamentárias.
 - D. () De controle.

15. A execução orçamentária de uma entidade pública apresentou as seguintes informações em determinado exercício financeiro já encerrado.

| Receita Orçamentária | Valor |
|----------------------|------------|
| prevista | R\$ 150,00 |
| lançada | R\$ 120,00 |
| executada/arrecadada | R\$ 105,00 |
| Despesa Orçamentária | |
| fixada | R\$ 150,00 |
| executada/empenhada | R\$ 135,00 |
| paga | R\$ 90,00 |

Nessa situação, o resultado do balanço orçamentário apurado ao final do referido exercício apresentou-se de acordo com a descrição da alternativa:

- A. () Deficitário em R\$ 15.
 - B. () Superavitário em R\$ 15.
 - C. () Deficitário em R\$ 30.
 - D. () Superavitário em R\$ 30.
16. Sobre as etapas da receita orçamentária, assinale a alternativa correta.
- A. () Seguem a ordem cronológica dos fenômenos econômicos.
 - B. () Consistem no planejamento das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária.
 - C. () Ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias.
 - D. () Incluem o empenho, a liquidação e o pagamento.
17. Com referência ao relacionamento entre os regimes orçamentário e contábil em uma entidade pública, marque a alternativa correta quanto às variações patrimoniais.
- A. () Serão evidenciadas somente se forem independentes da execução orçamentária.
 - B. () Serão evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.
 - C. () Serão evidenciadas apenas se impactarem negativamente o patrimônio líquido da entidade.
 - D. () Não serão evidenciadas.
18. Com relação às despesas de capital, previstas na Lei. 4.3020/64, assinale a alternativa que não se classifica como Inversões Financeiras.
- A. () Despesas com aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
 - B. () Despesas com o pagamento de juros, comissões e encargos da dívida pública interna e externa.
 - C. () Constituição de fundos rotativos.
 - D. () Concessão de empréstimos e aquisição de bens para revenda.



19. Com base na contabilidade aplicada ao setor público, considere as afirmativas abaixo e, após, assinale a alternativa correta.
- A contabilidade do setor público vem passando por um significativo processo de evolução, que deve ser analisada e contextualizada de forma histórica, considerando-se como primeiro marco histórico a edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado em 1960, seguido da edição da Lei 4.320 em 1964.
 - Considera-se Patrimônio Público o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.
 - O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informações para fins de prestação de contas e responsabilização (*goodwill*) e tomada de decisão.
 - Ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- A. () Somente as afirmativas I e III estão corretas.
B. () Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
C. () Todas as afirmativas estão corretas.
D. () Todas as afirmativas estão incorretas.
20. Assinale a alternativa que identifica a demonstração contábil aplicada ao setor público que evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e que indica o resultado patrimonial do exercício.
- A. () Balanço Financeiro
B. () Balanço Patrimonial
C. () Demonstração dos Fluxos de Caixa
D. () Demonstração das Variações Patrimoniais
21. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas e o sistema de controle interno de cada poder e do Ministério Público, fiscalizará o cumprimento das normas da Lei Complementar nº 101/2000. As afirmativas abaixo enfatizam o cumprimento das normas, EXCETO a alternativa.
- A. () Operações de Crédito por antecipação de Receita Orçamentária serão permitidas no último ano de mandato de Prefeito Municipal.
B. () Cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.
C. () Limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
D. () Medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, previstos nessa lei.
22. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, de acordo com o MCASP, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Considerando a afirmativa acima, assinale a alternativa correta.
- A. () Ativos Imobilizados, obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, valor este definido pelo valor contábil da entidade doadora.
B. () Ativos de infraestrutura são ativos normalmente conservados por um número significativamente menor de anos do que a maioria dos bens de capital.
C. () Partes sobressalentes principais e equipamentos de espera se qualificam como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los durante mais de um período.
D. () Não é apropriado agregar ao imobilizado itens individualmente insignificantes, tais como livros de biblioteca, periféricos de computadores e pequenos itens de equipamentos.



23. Identifique a afirmativa correta sobre o Campo de atuação da contabilidade pública.
- A.() Abrange as entidades privadas que recebem recursos oriundos de contribuições parafiscais.
 - B.() Abrange as fundações e empresas públicas que utilizam recursos à conta do orçamento público.
 - C.() Visa precipuamente ao controle da aplicação dos recursos públicos provenientes do Tesouro.
 - D.() Não visa, diferentemente da contabilidade empresarial, ao controle do patrimônio público, mas sim ao controle dos recursos orçamentários disponíveis.
24. A Lei nº 4.320/64 dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao executivo para a medida corretamente descrita na alternativa:
- A.() Os Municípios empenharem, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.
 - B.() Os Municípios podem assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para a execução depois do término do mandato do Prefeito.
 - C.() Realizar, em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender à insuficiência de caixa.
 - D.() Incluir na receita o produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis, independentemente de autorização pelo Poder Legislativo, de forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício.
25. Com base nas afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta.
- I. A Lei nº 4.320/64 classifica a receita pública em duas categorias econômicas: corrente e de capital.
 - II. O superávit do orçamento corrente constitui item da classificação da receita orçamentária.
 - III. Os dividendos são exemplos de receitas correntes.
 - IV. O recolhimento da receita pública é feito em estrita observância ao princípio da unidade financeira.
- A.() Todas as afirmativas estão corretas.
 - B.() Somente a afirmativa IV está correta.
 - C.() Somente as afirmativas I e III estão corretas.
 - D.() Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

Legislação

26. O artigo 60 da Lei Orgânica do município de Nova Candelária expressa que saúde é um direito de todos e as ações para alcançar esse objetivo serão definidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com recursos orçamentários, conforme descrito corretamente na alternativa.
- A.() Da União, Estados e Municípios.
 - B.() Da União e dos Municípios.
 - C.() Da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - D.() Da União e dos Estados.
27. Entre as seguintes providências da Câmara de Vereadores do município de Nova Candelária, assinale aquela que não está sujeita à sanção do Poder Executivo.
- A.() Fixação e alterações dos vencimentos e outras vantagens pecuniárias dos servidores públicos municipais.
 - B.() Alteração, através de emenda, da Lei Orgânica do município.
 - C.() Contratação de empréstimos e operações de crédito em nome do poder público municipal.
 - D.() Criação, alteração e extinção de órgãos públicos do município.



28. Considere as seguintes colocações, todas inseridas na Lei Orgânica do município de Nova Candelária. Após, marque a alternativa que contém somente os itens corretos.
- I. As contas do município, referentes à gestão financeira de cada exercício, serão encaminhadas, simultaneamente, à Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas do Estado.
 - II. A Câmara de Vereadores encaminhará as contas de sua gestão financeira, de cada exercício, ao Poder Executivo Municipal.
 - III. Semestralmente, o Prefeito deverá comparecer junto à Câmara de Vereadores, quando, através de relatórios, informará a situação dos assuntos municipais.
 - IV. A Câmara de Vereadores, por sua Mesa, poderá convocar os Secretários Municipais, a fim de prestar informações sobre assuntos previamente designados e constantes da convocação.
- A. () I e III apenas.
B. () II e III apenas.
C. () I e IV apenas.
D. () I e II apenas.
29. Nos termos estabelecidos pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Nova Candelária, é assegurado ao servidor o direito de requerer, pedir reconsideração, recorrer e representar em defesa do direito ou interesse legítimo. Tais direitos, contudo, salvo disposição legal em contrário, prescrevem, a contar do fato ou ato que originou, no período corretamente constante da alternativa:
- A. () Seis meses.
B. () Um ano.
C. () Dois anos.
D. () Três anos.
30. O artigo 35 da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Nova Candelária discorre que a vacância do cargo decorrerá dos itens descritos nas alternativas abaixo, com exceção do item da alternativa:
- A. () Férias do servidor.
B. () Falecimento do servidor.
C. () Aposentadoria do Servidor.
D. () Exoneração do servidor.